



PARECER PRÉVIO Nº 17/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11419/2016**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Pedro Duarte Guedes, Prefeito à época.
- 6- **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM n.º 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM n.º 6975 e outros.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAM/DICOP/DICREA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 361/2018/MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls.1586/1591).
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea. Exercício 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1- Emite Parecer Prévio pela Desaprovação das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Careiro da Várzea, referente ao exercício de 2015, Gestão do Sr. Pedro Duarte Guedes, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea "c", da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea "a", item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

- 11- **Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 11 de Abril de 2018.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e



PARECER PRÉVIO Nº 17/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 17/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 17/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11419/2016**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Pedro Duarte Guedes, Ordenador de Despesas à época.
- 6- **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM n.º 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM n.º 6975 e outros.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAM/DICOP/DICREA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 361/2018/MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls.1586/1591).
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea. Exercício 2015.

Irregularidade. Multas. Prazo. Autorização. Recomendações. Encaminhamento ao MPE.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1 – Julgar Irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Careiro da Várzea, referente ao exercício de 2015, tendo como responsável o **Sr. Pedro Duarte Guedes**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas supracitadas;

10.2 – Multar o Sr. Pedro Duarte Guedes, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas:

a) no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM por **cada bimestre (6 bimestres)** em que foi entregue com atraso o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, totalizando o montante de **R\$ 6.576,18** (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), constante no item 15, da fundamentação;

b) no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil, noventa e seis reais e três centavos), conforme art. 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM por cada



ACÓRDÃO Nº 17/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 17/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

semestre (2 semestres) em que foi entregue com atraso o Relatório de Gestão Fiscal, totalizando o montante de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), item 17, da fundamentação;

c) no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte cinco centavos), com fulcro no art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes nos itens 12, 13, 14.1, 14.2, 14.3, 14.4, 14.5, 16, 19, 20, 21, 23, 24 e 25, da fundamentação.

10.3 – Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o **Sr. Pedro Duarte Guedes**, recolha os valores das multas que lhe foram aplicadas aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2423/96), ficando a DICREX autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.4 – Autorizar em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE;

10.5 – Recomendar à Origem que:

a) os próximos pagamentos sejam efetuados por meio de rede bancária com o fim de viabilizar o controle administrativo, financeiro e promoção da transparência na gestão municipal, bem como, sejam efetuados registros diários da movimentação do caixa dentro da Prefeitura; (item 10 e 11, da fundamentação);

b) observe, na previsão da receita orçamentária, todos os recursos que poderão ingressar nos cofres do município, em especial aqueles oriundos de convênios já assinados ao tempo de elaboração da lei orçamentária anual; (item 18, da fundamentação);

c) na documentação da licitação, como parte integrante do orçamento da obra, apresente todas as composições de custos elaboradas no orçamento, e no caso da adoção de tabelas de referência aponte o nome da fonte, a data do uso e código de cada serviço de forma a tornar os orçamentos mais transparentes; (item 22, da fundamentação);

d) na elaboração dos seus orçamentos de obra obedeça ao disposto na SUMULA 258 do TCU, assim proibindo o uso da unidade VERBA nos orçamentos das obras públicas do município. (item 23, da fundamentação).

10.6 – Encaminhar os autos ao Ministério Público Estadual, na forma do artigo 114, inciso III, da Lei n. 2423/96, em razão da possível prática de atos de improbidade administrativa.



ACÓRDÃO Nº 17/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 17/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 11- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 11 de Abril de 2018.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral